

**FORMAÇÃO DE EDUCADORES E QUALIDADE DA EDUCAÇÃO:  
AESUFOPE - ASSOCIAÇÃO DAS ESCOLAS SUPERIORES PARA A  
FORMAÇÃO DOCENTE – RS/BR**

Selina Maria Dal Moro – UPF/BR – dalmoro@upf.br

Simone Valdete dos Santos – UFRGS/BR – simone.valdete@ufrgs.br

Gabriel Grabowski – Feevale/ BR – gabrielg@feevale.br

Augusto Deon – FAPA/ BR – deon.fapa@com.br

**GT04** - Formação dos docentes e dirigentes escolares: currículo e prática pedagógica

**Resumo:** O Estudo analisa a constituição da Associação das Escolas Superiores para a Formação Docente (Aesufope) no Estado do Rio Grande do Sul / Brasil - 1970. A metodologia utilizada valeu-se de pesquisa documental e de entrevistas com fundadores da Associação. Os objetivos da investigação corresponderam a: compreensão de seus rumos, consolidando a articulação entre as Instituições de Ensino Superior (IES) Associadas visando à formação docente para a Educação Básica. Os resultados da pesquisa permitem afirmar que a Aesufope possui um papel articulador entre as IES, desde a lei de diretrizes e bases do período militar, prosseguindo na reflexão com seus associados, até o momento atual, acerca da formação de professores.

**Palavras – chave:** formação docente, crise das licenciaturas, Aesufope

### **Introdução**

Na década de 1960, no bojo do processo de industrialização do país e do desenvolvimento agrícola calcado na produção de matérias primas para a indústria, mediadores do progressivo e intenso êxodo rural e conseqüente processo de urbanização<sup>1</sup>, emergiu, em nível nacional e sobretudo, no estado do Rio Grande do Sul, uma forte preocupação com a formação docente para o 1º e 2º graus. Nesse período havia uma grande demanda por formação docente. Com o processo de interiorização do ensino superior, as instituições privadas, em especial aquelas que, posteriormente, foram reconhecidas pela próprias Constituições como Comunitárias, procuraram articular-se para fortalecer-se nessa tarefa, buscando, simultaneamente, sua própria qualificação enquanto agências formadoras.

---

<sup>1</sup> Entre as décadas de 1960 a 1990 a população urbana no Brasil superou o índice dos 85%, decorrendo esse processo do fluxo migratório campo-cidade.

A referida Associação foi fundada em janeiro de 1970, congregando as FACULDADES DE FILOSOFIA, CIÊNCIAS E LETRAS, de Caxias do Sul, de Ijuí, Imaculada Conceição de Santa Maria, de Passo Fundo, da Pontifícia Universidade Católica do RS - PUC/RS com sede em Porto Alegre, de São Leopoldo e de Uruguaiana, integrantes do PLANO DE FORMAÇÃO POLIVALENTE DO 1º CICLO, iniciado no Rio Grande do Sul em junho de 1967, com patrocínio da FUNDAÇÃO FORD (GUARESCHI, 2013).

Com a reconstituição e análise do processo histórico da Associação das Escolas Superiores para a Formação Docente - Aesufope/RS - BRASIL- 1970 visou-se ao fortalecimento e/ou redefinição dos rumos desta Associação, consolidando, assim, a articulação entre as Instituições de Ensino Superior (IES) Associadas para o enfrentamento qualificado dessa tarefa.

O estudo valeu-se de pesquisa documental e de entrevistas com fundadores da Associação e é apresentado em duas partes: Na primeira, reconstrói-se a história de criação e desenvolvimento desta Associação, seguindo-se a reflexão das IES Associadas sobre os desafios da qualidade da formação docente e o possível papel articulador da Aesufope.

### **Aesufope: Compromisso com uma Educação de Qualidade**

O contexto de lutas pela qualidade da educação, promovido no advento da Lei de Diretrizes e Bases da Educação Nacional-LDB 5692/71 e que se inseria no contexto mais abrangente de lutas contra o regime militar e pela democratização da educação, teve, além de outras conquistas, o mérito de fortalecer entre as Instituições do Ensino Superior do Rio Grande do Sul/Brasil a perspectiva de qualificar e ampliar propostas de Ensino Superior voltadas à democratização qualificada da educação, especialmente, da Educação Básica. A constatação de que para muitas crianças e jovens era negado o direito à escolarização básica causado pela carência de infra-estrutura e, sobretudo, pela ausência de profissionais do ensino qualificados impeliu-as a unir-se num projeto comum com objetivo concreto de refletir sobre a realidade presente e traçar perspectivas para formação em nível superior dos educadores não titulados neste nível de ensino (leigos) e atuantes na educação do então ensino de 1º grau.

Desse modo, pode-se afirmar que desde sua criação, a Aesufope representou a síntese das preocupações de grande parte da sociedade do Estado do Rio Grande do Sul (RS) com a formação de Educadores para a Educação Básica. Refletindo a realidade educacional de âmbito nacional, o RS apresentava-se com um quadro docente ainda não qualificado para o exercício do magistério. O elevado número dos docentes chamados leigos, ou seja, sem formação adequada para o exercício do magistério e os preocupantes índices de reprovação e evasão da escola provocados, sobretudo, pela impossibilidade de acesso à escola ou pelo fracasso na aprendizagem, mobilizaram lideranças educacionais, especialmente, dirigentes e docentes de IES públicas e privadas – posteriormente denominadas Comunitárias do RS, os quais, passaram a reunir-se em seminários e fóruns de debates na perspectiva de encontrar soluções para a situação educacional crítica, então vigente.

Naquele momento visualizava-se a necessidade urgente de realização de um trabalho intenso tendo em vista a reestruturação e distribuição dos cursos superiores de formação para o magistério, tanto para atender às demandas advindas da Secretaria do Estado da Educação e Cultura, quanto e principalmente, para atender às necessidades educacionais da população.

Contatos foram mantidos pelo então Reitor da PUC/RS com a Fundação Ford no sentido de angariar junto a esta Fundação recursos para realização de um programa interinstitucional que pudesse fazer frente à realidade posta. O encontro dos Diretores das Faculdades de Filosofia, Ciências e Letras do Estado com Mr. Mayer, Consultor da Fundação Ford fez emergir um plano global denominado “Plano de Formação de Professores do 1º Ciclo, nas Licenciaturas Curtas<sup>2</sup> dos Estudos Sociais, Letras e Ciências”. Em julho de 1967, com a presença de novos representantes da Fundação foram definidos os níveis de aplicação da verba doada, e os sucessivos desdobramentos na aplicação e a subsequente avaliação (GÊNERO, 2012).

Coube à PUC/RS, por decisão das diversas associadas, a Coordenação Geral do programa. Desde então, esta Instituição iniciou um profícuo processo de contatos

---

<sup>2</sup> “Refere-se aos cursos que habilitavam professores para o ensino infantil e fundamental (1º grau) de duração menor que as chamadas licenciaturas plenas. As licenciaturas curtas surgiram no país a partir da Lei n. 5.692/71, num contexto em que passou-se a exigir uma formação rápida e generalista para atender a uma nova demanda de professores. Estas deveriam se dar nas regiões onde houvesse uma maior carência de professores. Porém, esses cursos, que deveriam ter uma vida curta, se proliferaram e prolongaram por todo o País. ( MENEZES E SANTOS, www.educabrasil.com.br. 2002).

interinstitucionais, reuniões e diligentes trabalhos em equipe para poder concretizar as metas estabelecidas.

Do isolamento das Faculdades de Filosofia, Ciências e Letras, da total separação entre elas e os Sistemas de Ensino, pela via do diálogo, da mútua colaboração e das ações conjuntas, conseguiu-se consolidar uma integração entre IES, fazendo emergir um processo que ainda continua a se desdobrar.

Previsto o fim do Programa de Formação, patrocinado pela Fundação Ford para meados de 1970, os Diretores das sete Faculdades participantes, reconhecendo o significativo avanço na formação de professores realizado de forma integrada, resolveram criar uma associação que pudesse dar continuidade ao espírito de equipe que vinha se consolidando.

Diretores e Coordenadores das sete Faculdades integrantes do Programa reunidos na PUC/RS, sob a coordenação do professor Adelino Costa Martins, com presença do Coordenador Executivo da Fundação Ford e da Assistente dos Programas em Educação dessa mesma Fundação para o Brasil, delinearam o perfil da nova Associação, esboçando a natureza jurídica do seu Estatuto. No início de janeiro de 1970, os mesmos participantes, reunidos na Pontifícia Universidade Católica do RS aprovaram por unanimidade os Estatutos denominando a nova Entidade de ASSOCIAÇÃO DE ESCOLAS SUPERIORES DE FORMAÇÃO DE PROFISSIONAIS DO ENSINO – AESUFOPE (GENERO, 2012).

A definição da finalidade da Associação de promover o ensino e a educação com vistas ao desenvolvimento regional e nacional, traduzida no objetivo de congregar as Instituições de Ensino Superior que oferecem cursos de licenciatura visando a reflexão conjunta, integração das suas atividades e com os sistemas de ensino e defesa dos interesses das associadas, desdobrou-se em diversas atividades e metas a serem alcançadas (GENERO, 2012).

Em face da perspectiva de universalizar e qualificar o ensino fundamental (1º grau) visando o desenvolvimento regional e nacional definiram-se as metas a serem alcançadas. E, estas, como se pode ver abaixo, tinham como referência o objetivos da formação inicial e da valorização docente, bem como a reformulação de currículos e programas das Licenciaturas Curtas:

- 1-Formação inicial, aperfeiçoamento e especialização de professores das Faculdades integrantes, contemplando-os com bolsas em cursos nos principais centros dos pais e no estrangeiro;
- 2.Transformação ou criação nas Faculdades integrantes das Licenciaturas de 1º Ciclo de Estudos Sociais, Letras e Ciências;
- 3.Suplementação de salários de professores para introdução do regime de tempo integral, melhor atendimento aos alunos e aperfeiçoamento dos métodos e técnicas de ensino;
4. Bolsas de manutenção e de viagens a alunos carentes, afastados dos centros universitários;
- 5.Renovação e ampliação do acervo das bibliotecas universitárias pela aquisição de obras especializadas nas áreas de Estudos Sociais, Letras, Ciências e Educação;
6. Montagem em São Leopoldo de um centro interinstitucional de produção de material didático;
7. Realização de encontros e seminários de professores dos cursos de Ciências, Estudos Sociais, Letras, Educação e Pesquisa Educacional;
8. Reformulação de currículos e programas das Licenciaturas Curtas;
9. Financiamento de trabalhos de pesquisa educacional (AESUFOPE, 1970).

Estes objetivos específicos, as metas e as atividades, ainda que adequando-se aos novos contextos legais e sociais, foram mantidas ao longo dos 40 anos da Entidade na perspectiva de garantir pela articulação entre as Instituições educativas formação docente de qualidade e consequente inclusão universal na escola, especialmente, na educação básica, sem esquecer dos graus sequentes, o 2º e o 3º graus. Neste sentido, os objetivos da Associação foram inscritos no Estatuto e assim se mantiveram nos termos seguintes:

- a- Aperfeiçoamento e qualificação dos docentes universitários para a educação no 1º ciclo;
- b-Melhoria dos recursos técnico-administrativos;
- c-Aperfeiçoamento dos cursos de formação de profissionais do ensino;
- d-Reformulação de currículos, programas e processos de avaliação;
- e-Renovação do ensino nos três graus, sua filosofia, seus métodos e técnicas;
- f-Desenvolvimento da pesquisa básica e, especialmente, na área educacional;
- g-Extensão dos benefícios do ensino e da pesquisa nas comunidades onde se inseriam as Unidades Associadas;
- h-Atualização dos egressos de cursos superiores de formação de profissionais do ensino (ESTATUTO, 1970).

As IES associadas, celebravam com regozijo os números alcançados na formação inicial dos professores de suas respectivas regiões. Localizada no norte do RS a recém criada Universidade de Passo Fundo (1968) e associada da Aesufope desenvolveu um intenso programa para titulação de professores que atuavam em escolas no território de sua abrangência, especialmente em escolas municipais rurais. Consta no relatório de atividades de 1978 a seguinte informação:

A Universidade de Passo Fundo (...) por intermédio do Centro Regional de Educação-CRE, localizado na Faculdade de Educação, desenvolveu o Projeto “Casca” e habilitou em nível de 2º grau 200 professores não titulados de escolas municipais rurais localizadas em municípios de área de influência da UPF” (p.123).

O processo de formação e qualificação docente, celebrado como conquista inédita, foi assim registrado no relatório institucional de 1979

Na estrutura universitária da UPF, encontram-se cursos de graduação em Regime Especial de Férias vinculados diretamente à Vice-Reitoria Acadêmica (...). Estes cursos representam uma das melhores soluções encontradas para resolver o problema dos professores não titulados, em exercício, no Sistema de Ensino. Em 1979, foram desenvolvidos dezesseis cursos e/ou habilitações, atendendo a uma clientela de 1286 alunos. Concluíram os respectivos cursos 473 alunos ( p.74 ).

A constante avaliação sobre os alcances dos objetivos definidos, acompanhada de vigilância sobre possíveis interveniências negativas para a realização das intenções coletivamente postas e mantidas, levou a Aesufope, nas décadas seguintes (1980,1990, 2000) a investir intensivamente na formação continuada dos docentes das IES associadas. Neste sentido, realizaram-se inúmeros seminários e fóruns de debates por áreas do conhecimento, bem como sobre metodologias de ensino para a formação de docentes do ensino fundamental (1º grau), do ensino médio e, mesmo superior.

O novo contexto jurídico estabelecido pela Constituição de 1988 e as decorrentes legislações obrigou a Associação a debruçar-se sobre seu Estatuto visando a adequação às novas normas estabelecidas. Nesse sentido, em abril de 2010, em Assembleia Geral Extraordinária, as IES Associadas apreciaram e aprovaram as adequações do Estatuto ao novo Código/2002, referendando por unanimidade as finalidades e os objetivos para a qual a Associação fora criada.

A mobilização de educadores em Seminários e Conferências de Educação em âmbito nacional, iniciados no final da década de 1970 e reeditados nas décadas posteriores, resultou em 1990, na criação da Associação Nacional pela Formação dos Profissionais da Educação – Anfope, entidade de caráter político-acadêmico que desempenhou e continua desempenhando, reconhecidamente, uma atuação fundamental no debate e análise de políticas públicas e na construção-proposição de um amplo projeto político-pedagógico no campo educacional.

A Anfope constitui-se, hoje, em síntese do amplo movimento nacional pela reformulação dos cursos de formação dos profissionais da educação. Este começou a dar seus primeiros passos em 1979, durante o I Seminário de Educação Brasileira, realizado em Campinas, no contexto das lutas contra o regime militar e pela democratização da sociedade. No longo caminho percorrido, a Anfope afirmou-se e consolidou-se como uma entidade em nível nacional, buscando a construção coletiva de um referencial para as propostas de formação dos profissionais da educação e a contínua reformulação dos cursos de formação que possam consubstanciar em uma política nacional global para a formação do magistério (Anfope, 1998,7).

Sem abdicar de sua identidade político-pedagógica, prioritariamente voltado à educação em nível estadual, a Aesufope associou-se ao longo da década de 1990 à Anfope, estendendo seu compromisso com a formação docente para além do território gaúcho. Assim, articulando-se à Anfope, a Aesufope assinou seu compromisso com a formação docente para construção da cidadania brasileira.

Desde então nos primórdios do século XXI, as IES Associadas e seus docentes, num movimento articulado em nível nacional, reafirmaram como urgente o constante exame das políticas públicas em relação à formação de professores. Assim, as políticas públicas para a formação docente, emanadas das esferas superiores do comando educacional constituíram-se em constantes objetos de estudos, de análises e de longos debates. Representando suas IES educadores dos diversos níveis de ensino, mas especialmente, do ensino superior, atenderam e atendem ao convite para participar de seminários e fóruns de debates, intensificados a partir do processo de construção do Plano Nacional da Educação e de sua tramitação nas instâncias do poder constituído.

Dentre os diversos eventos destacam-se alguns: "Formação de Professores no novo PNE 2011-2020" (novembro 2010), "Panorama da Educação Superior no Brasil e a Formação de Professores" (novembro de 2011), "Avaliando as Políticas Públicas de Formação de Professores no Brasil e no Rio Grande do Sul" (junho de 2012), "O novo PNE: valorização e formação de Professores" (outubro de 2012), "Desafios da formação de profissionais para a Educação Profissional e Tecnológica" (maio de 2013).

## **A Aesufope e a crise das licenciaturas e a perspectiva face à falta de professores**

O filósofo Hegel já dizia que *quem exagera o argumento, prejudica a causa*. Isto significa que, ao discutirmos e refletirmos sobre o tema *da crise das licenciaturas e a perspectiva da falta de professores* precisamos ter o cuidado para não reforçar a própria ideia de *crise* e não reproduzirmos o *discurso estigmatizante*, mesmo que real, em torno da diminuição das licenciaturas.

Na perspectiva da *crise*, que é uma opção de abordagem da questão, sabe-se que não é uma situação própria das licenciaturas e da falta de professores, até mesmo porque o último censo da educação superior publicado pelo MEC demonstra que de 6.739.689 matrículas na graduação do país as licenciaturas comportam 1.356.329, correspondendo aproximadamente 21% do total de matrículas (RESUMO TÉCNICO. CENSO DA EDUCAÇÃO SUPERIOR 2011). Tornou-se usual abordar problemas sociais como fenômenos em crise, como: crise na educação, crise na saúde, crise no mercado de trabalho, crise da falta mão-obra para setor energia e gás e construção civil e crise de falta de professores.

Em mais um novo e recente programa de apoio à carreira docente “Quero ser professor – quero ser cientista”, o Ministério da Educação do Brasil busca

despertar as vocações docentes e científicas, com ênfase em matemática, física, química e biologia; incentivar talentos localizados na comunidade estudantil da rede pública da educação básica; estimular a participação dos estudantes em atividades de monitoria, pesquisa científica e tecnológica e de formação docente, incluindo produção de material didático e criação de estratégias didático-pedagógicas e, promover a articulação das ações de formação e valorização docente por meio de atividades de orientação ([www.capes.gov.br](http://www.capes.gov.br)).

De acordo com o Censo da educação Superior do Brasil, em 2012 os 20 maiores cursos de licenciaturas no Brasil apresentaram uma composição desproporcional, incluindo matrícula atual (frequente) e matrícula acumulada, tendo a Pedagogia 602.998 alunos matriculados, enquanto o segundo curso, a Educação Física, apenas 123.322 e, o vigésimo curso, a Licenciatura de Música, apenas 2.340 matrículas em 2012. O quadro que segue evidencia a desproporção estabelecida entre as matrículas nos cursos de licenciatura em nível nacional

Matrículas de graduação em Licenciatura, frequência acumulada, segundo os 19 maiores cursos - BRASIL 2012

Nº	Cursos/Nomes OCDE	Matrícula 1	Frequência 1 (%)	Frequência acumulada (%)
01	Pedagogia	602.998	44,2	44,2
02	Form. de Prof Educação Física	123.322	9,0	53,3
03	Form. de Prof. de Biologia	89.564	6,6	59,8
04	Form. de Prof. de Língua Port.	84.912	6,2	66,1
05	Form. de Prof. de Matemática	81.461	6,0	72,1
06	Form. de Prof. de História	77.960	5,7	77,8
07	Form. de Prof. Língua/lit. estrang.	50.354	3,7	81,5
08	Form. de Prof. de Geografia	50.032	3,7	85,1
09	Form. de Prof. de língua/liter.vernác.	36.427	2,7	87,8
10	Form.de Prof. de Química	35.316	2,6	90,4
11	Form.de Prof. de Física	25.024	1,8	92,2
12	Form.de Prof. de Filosofia	19.384	1,4	93,7
13	Form. de Prof. de Artes Visuais	16.400	1,2	94,9
14	Form. de Prof. de Sociologia	15.651	1,1	96,0
15	Form.de Prof. de Ciências	13.747	1,0	97,0
16	Form. de Prof. Música	11.777	0,9	97,9
17	Form. de Prof. de computação (inform..)	9.857	0,9	98,6
18	Form. de Prof. de Artes (Ed.Artística)	7.487	0,5	99,2
19	Form. de Prof.de Teatro (Art. Cênicas.)	4.522	0,3	99,5

Fonte: Censo da Educação Superior. Andifes 2013.

Como se pode constatar nas diversas áreas da docência há algumas disciplinas com carência - como física, química, biologia e matemática -, enquanto que, em outras disciplinas, realiza-se formação suficiente e até superior à demanda e mesmo assim estes profissionais optam por não trabalhar no exercício da docência. Situação esta que também ocorre em outras áreas, como saúde, gestão pública e infraestrutura nacional. Portanto, deve-se perguntar por que isto ocorre e quais são as causas reais para que profissionais formados em algumas áreas não atuem nas mesmas.

A abordagem de *crise* para situações estruturais e estratégicas de desenvolvimento de uma nação, como é a educação, a ciência e a tecnologia, deveria ser considerada mais como uma consequência da ausência histórica da valorização da educação como um bem público, função esta que a elite dirigente e o Estado brasileiro não assumiu, do que meramente uma questão conjuntural momentânea. É necessário reconhecer que a educação em nosso país nunca foi prioridade, tanto que começou a se desenvolver somente no século passado, portanto é um processo social tardio e “um privilégio social para uma parcela da sociedade” (FÁVERO, 1994). Ainda hoje, na faixa etária própria para entrar na universidade (18 a 24 anos), 16,5 milhões de jovens, ou seja, 69,1% não estudam e apenas 9% dos jovens nesta faixa etária entram no curso superior ([www.viomundo.com.br/política/abismo](http://www.viomundo.com.br/política/abismo)).

Uma das reflexões que é necessário fazer é porque, os propaladores da *crise das licenciaturas e da crise educacional* não a enfrentam, como a mesma agilidade e investimentos, como fazem com crises do sistema financeiro, crise das montadoras, crise no agronegócio ou crises do setor produtivo. Para certos tipos de crise do capital, o Estado e as elites são ágeis, investem bilhões e mesmo trilhões, porém, para a educação levam-se décadas para realizar pequenos investimentos, cujo exemplo emblemático atualmente é o Projeto de Lei - PL do novo Plano Nacional de Educação - PNE em tramitação há três anos e, tanto executivo como legislativo não o aprovam, em função da disputa pelo índice de investimento a ser destinado para a educação brasileira.

Porém, ao par destas reflexões iniciais, concordando que se tem efetivamente uma tendência de queda na procura dos jovens pelos cursos das licenciaturas e, revela-se efetivamente uma diminuição da sua oferta pelas Instituições de Ensino Superior, em especial na IES privadas, com diferenças regionais, enumera-se um conjunto de fatores que têm impactado, diretamente, na opção pelo exercício da docência e, conseqüentemente, na oferta de cursos.

O primeiro fator é o baixo valor que historicamente a educação ocupa na sociedade brasileira, caracterizada por uma absurda concentração de renda e propriedade na mão de uma minoria e, como consequência, uma grande massa de pobres ou miseráveis. E, como a “escola e os processos formativos não são apêndices da sociedade, mas parte constituída e constituinte da mesma, a desigualdade social se reflete na desigualdade educacional” (FRIGOTTO, 2013, p. 28). E, apesar de um

discurso retórico que apresenta a educação como uma prioridade fundamental, na prática, tanto a educação, como a escola e os profissionais que trabalham na docência nunca foram valorizados nem pelo Estado brasileiro, muito menos pela elite dirigente, que inclusive, induziu a sociedade a não lutar por formação, pois escravos, índios, camponeses, operários e trabalhadores não precisam estudar e este direito lhes foi negado.

Esta contradição entre o discurso do valor da educação e a ausência de efetivas políticas de Estado de valorização da mesma produziu, especialmente nas últimas décadas, uma segunda grande causa da falta de professores e do baixo interesse dos jovens pelas licenciaturas: *a desvalorização social e a precarização da profissionalidade docente*. As provas materiais e objetivas são inúmeras, entre as quais a Aesufope destaca apenas as mais significativas: desvalorização salarial (é a profissão superior que pior remunera seus profissionais, no setor público sequer o piso é reconhecido e pago pela maioria dos estados e, no setor particular da educação, coexistem fortes discrepâncias entre os diversos níveis e modalidades); falta de condições de trabalho (faltam laboratórios, internet, salas de aula precárias, excesso de alunos por turma e relações autoritárias das mantenedoras); relações de trabalho frágeis e mendicantes (em sete Estados brasileiros, o número de contratos temporários de professores da rede estadual ultrapassa a quantidade de contratos efetivos (concurados ou estáveis). São eles: Espírito Santo (71%), Mato Grosso (66,1%), Acre (62,9%), Ceará (60,2%), Mato Grosso do Sul (60,1%), Santa Catarina (59,8%) e Paraíba (51,9%) e, no segmento privado, ainda temos a maioria dos contratados como horistas (4h, 6h, 10h), sem sequer um regime mínimo de trabalho como 20h, 30h ou 40h, condição básica para a dignidade profissional. (SMOSINSKI e HARNIK, 2013).

Além da desvalorização social da educação e da precarização da carreira docente, o desinteresse pela profissão docente é, também, potencializada, por um discurso midiático e por pesquisas tendenciosas que destacam e valorizam em demasia profissões vinculadas ao mercado e a ganhos financeiros imediatos, em detrimento do trabalho na esfera social no geral e, na educação em específico. Esta contradição constitui o terceiro fator da denominada crise.

O quarto fator está vinculado ao tratamento desigual da própria esfera pública, o Estado brasileiro. Nas diversas esferas da administração pública, seja federal, estaduais

ou municipais, há várias carreiras com “*status superior*” à docência, mais bem remuneradas e mais prestigiadas. E mesmo entre as redes - a rede federal, ou as 27 redes estaduais e as mais 5.500 redes municipais -, professores com formação equivalentes, competência e experiência similar, possuem planos e cargos salariais muito desiguais e extremamente baixos em comparação com carreiras de colegas destas mesmas esferas. Ou seja, a desigualdade econômica, social e regional é determinante e impactante na carreira do magistério nacional.

Um quinto fator causal da crise das licenciaturas é o próprio tratamento que as instituições formadoras dão aos cursos de formação de professores. As universidades públicas brasileiras, classificadas como as melhores instituições, oferecem poucos cursos de licenciaturas e, conseqüentemente, formam poucos professores, prova disto é que 73% das matrículas desses cursos estão nas instituições privadas, que, por sua vez, fecham cursos por serem deficitários e não propiciarem resultados contábeis que compensem sua oferta. Na região sul (PR, SC e RS) a diminuição da demanda pelas licenciaturas e a conseqüente queda de sua oferta pelas IES é a mais alta do país, razão pela qual a Aesufope se sente, ainda mais preocupada e desafiada a atualizar seus objetivos e estratégias de ação.

Como sexto e último fator aqui considerados, pois há muito outros não elencados, cabe destacar o baixo investimento do país na oferta de uma educação com qualidade social. Com um investimento de apenas 5,1% do PIB em 2012 será muito difícil expandir a oferta educacional brasileira, melhorar a qualidade dessa oferta e valorizar a carreira docente a patamares respeitáveis e atrativos. Educação de qualidade requer altos investimentos e apenas profissões reconhecidas atrairão os melhores jovens para seu exercício.

Na última década, estão sendo implementados um conjunto de políticas, de programas e de ações, em nível federal, que estão voltadas a apoiar a formação inicial e continuada de professores e a valorizar a carreira, porém, ainda seus resultados são muito incipientes e insuficientes para reverter a tendência existente. O PARFOR<sup>3</sup>, o

---

<sup>3</sup> Plano Nacional de Formação de Professores da Educação Básica, gerenciado pela CAPES (Coordenação de Aperfeiçoamento de Pessoal de Nível Superior). O Programa fomenta a oferta de turmas especiais em cursos de:

I. Licenciatura – para docentes ou tradutores intérpretes de Libras em exercício na rede pública da educação básica que não tenham formação superior ou que mesmo tendo essa formação se disponham a realizar curso de licenciatura na etapa/disciplina em que atua em sala de aula;

PIBIB<sup>4</sup>, o FIES<sup>5</sup>, o PROUNI<sup>6</sup>, o Pró-licenciaturas e todos os *diversos pros*, apesar de meritórios, não produzem os efeitos planejados, pois a ausência de uma carreira nacional, do pagamento de um piso salarial justo e, de condições de trabalho compatíveis, com a relevância da docência, inviabilizam tais esforços.

A docência precisa deixar de ser objeto de avaliação de desempenho, de crítica social e midiática constate, de desprestígio profissional e de desvalorização salarial e constituir-se em carreira de Estado – como é a carreira da diplomacia, do judiciário -, em projeto profissional desejado e prazeroso, em prestígio social de todos os segmentos e setores.

Neste processo de reversão da tendência atual de queda das licenciaturas e de valorização da docência há uma parcela de responsabilidade dos próprios docentes. Tal responsabilidade passa, inicialmente, pelo abandono do discurso de vitimização, para assumir-se uma atitude que exige respeito, dignidade e justiça com a profissão; passa, em segundo lugar, pela necessidade de organização tendo em vista uma qualificada atuação coletiva e uma participação com maior intensidade das lutas por maiores investimentos na educação e na carreira. Nesse sentido, a Aesufope faz eco às afirmações de Paulo Freire (1996): nossas práticas requerem ética, decência e seriedade.

## **Possíveis encaminhamentos**

Diante do quadro ainda crítico da educação nacional e estadual, a Aesufope reassume e atualiza seu papel de articuladora das IES associadas e formadoras de

---

II. Segunda licenciatura – para professores licenciados que estejam em exercício há pelo menos três anos na rede pública de educação básica e que atuem em área distinta da sua formação inicial, ou para profissionais licenciados que atuam como tradutor intérprete de Libras na rede pública de Educação Básica; e

III. Formação pedagógica – para docentes ou tradutores intérpretes de Libras graduados não licenciados que se encontram no exercício da docência na rede pública da educação básica.

<sup>4</sup> Programa Institucional de Bolsa de Iniciação à Docência, gerenciado pela CAPES.

<sup>5</sup> O Fundo de Financiamento Estudantil (Fies) é um programa do Ministério da Educação destinado a financiar a graduação na educação superior de estudantes matriculados em instituições não gratuitas. Podem recorrer ao financiamento os estudantes matriculados em cursos superiores que tenham avaliação positiva nos processos conduzidos pelo Ministério da Educação.

Em 2010 o FIES passou a funcionar em um novo formato. O Fundo Nacional de Desenvolvimento da Educação (FNDE) passou a ser o Agente Operador do Programa e os juros caíram para 3,4% ao ano. Além disso, passou a ser permitido ao estudante solicitar o financiamento em qualquer período do ano.

<sup>6</sup> O PROUNI é um programa do Governo Federal do Brasil, criado em 2004, com o objetivo conceder bolsas de estudo integrais e parciais em cursos de graduação e sequenciais de formação específica, em instituições privadas de ensino superior.

profissionais da educação endereçando suas ações (seminários, fóruns de debates, pesquisas) nas seguintes direções:

1 - A situação crítica da educação no RS nada mais é do que o reflexo da atual realidade educacional brasileira. Neste novo contexto sócio-econômico e educacional a Aesufope propõe-se atualizar e universalizar em nível estadual, os resultados e as perspectivas traçadas a partir dos debates estabelecidos em nível nacional por entidades que têm como horizonte a qualificação da docência e a gestão da educação pública, tais como a Anfope e a Anpae.

2 - Articular-se a outras associações e entidades, em nível nacional e estadual, que têm preocupações semelhantes, no desenvolvimento de ações comuns e que vêm enfrentando importantes debates acerca de questões que envolvem, por exemplo, o Plano Nacional de Educação, o Subsistema Nacional de Formação e Valorização do Magistério, o Sistema Nacional de Educação, os Fóruns Permanentes de Apoio à Formação Docente, a Prova Nacional de Concurso para o Ingresso na Carreira Docente.

3 - Propõe-se continuar a fomentar a reflexão crítica, mediante a realização de fóruns de estudo e de discussão, sobre as principais políticas públicas de formação docente e da propalada crise das licenciaturas.

4 - No campo da investigação, a Aesufope propõe-se analisar e avaliar os impactos na qualidade da educação que derivaram da formação em cursos e programas desenvolvidos em IES associadas que aderiram ao PARFOR e ao PIBID.

5- Aprofundar estudos e debates a fim de chegar a decisões coletivas da Aesufope referentes à Prova Docente.

Concluimos com Sêneca dizendo: *A Educação exige os maiores cuidados, porque influi sobre toda a vida.* Que todos os atores envolvidos com a educação: sejam gestores públicos, instituições formadoras, entidades, sociedade, famílias, discentes e docentes, tenham a responsabilidade com este processo que não só prepara gerações para o futuro, mas que deve formar para viver a vida e em sociedade, com qualidade e felicidade

## Referências

- ANDIFES. Censo da Educação Superior. *Reunião do Conselho Pleno da Andifes*. Outubro 2013 Natal. Disponível em [www.andifes.org.br](http://www.andifes.org.br). Acesso em 20 de novembro de 2013
- AESUFOPE *Histórico*. Disponível em: [www.aesufope.com.br](http://www.aesufope.com.br). Acesso em setembro 2013.
- ANFOPE. *Documento final IX encontro nacional*. Campinas, 1998.
- FAVERO, Maria de Lourdes. *Resenha* (1994). TEIXEIRA, Anísio. Educação não é privilégio. São Paulo: Cia. Editora Nacional. Disponível em [www.anped.org.br](http://www.anped.org.br). Acesso em agosto de 2013.
- FREIRE, Paulo. *Pedagogia da autonomia*. São Paulo, Paz e Terra, 1996.
- FRIGOTTO, Gaudêncio. O ensino médio e técnico profissional: disputa de concepções e precariedade. *Le Monde*, Brasil, ano 6, número 68, p. 28, 2013.
- FUPF - FUNDAÇÃO UNIVERSIDADE DE PASSO FUNDO, *Relatórios Institucionais*, Passo Fundo, Gráfica UPF, 1978, 1979,1980.
- GENERO, Alcides. *Aesufope: origem histórica*. (mimeo) 2012.
- GUARESCHI, Elido Alcides. Ex-Reitor da Universidade de Passo Fundo-RS/BR. Co-fundador da Aesufope. *Entrevista novembro 2013*.
- IBGE: *20% dos jovens brasileiros não trabalham, nem estudam....*Disponível em [www.viomundo.com.br/política/abismo](http://www.viomundo.com.br/política/abismo). Acesso em agosto de 2013
- MEC/CAPES - Programa: *Quero ser professor- quero ser cientista*. Disponível em [www.capes.gov.br/noticias](http://www.capes.gov.br/noticias). Acesso em novembro de 2013.
- MEC/INEP – *Resumo técnico. Censo da Educação Superior de 2011*. Disponível em [inep.gov.br/educação\\_superior/censo\\_superior.re](http://inep.gov.br/educação_superior/censo_superior.re). Acesso em agosto de 2013.
- MENEZES, Ebenezer Takuno de; SANTOS, Thais Helena dos."Licenciatura curta" (verbete). *Dicionário Interativo da Educação Brasileira - EducaBrasil*. São Paulo: Midiamix Editora, 2002, <http://www.educabrasil.com.br/eb/dic/dicionario>. Acesso em agosto de 2013.
- SMOSINSKI, Suellen e HARNIK, Simone. *Em 7 Estados, mais da metade dos contratos de professores são temporários*. Disponível em <http://educacao.uol.com.br/noticias>. Acesso em 20 de julho 2013.